

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 1.370, DE 2003

Institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Autor: Deputado Inácio Arruda

Relator: Deputado Paulo Gouvêa

PARECER REFORMULADO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Inácio Arruda, pretende instituir o “Selo Estatuto da Cidade”, a ser outorgado pelo Governo Federal aos municípios que tenham impulsionado a implementação e a consolidação das metas, ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. A proposição prevê, ainda, que os municípios aprovados com o Selo terão prioridade na liberação de recursos do Orçamento Geral da União nas áreas de habitação, saneamento, transportes e desenvolvimento urbano.

Na justificação, o Autor argumenta que a Lei nº 10.257/01, denominada “Estatuto da Cidade”, traz inúmeros benefícios aos municípios, uma

8A818A1A13
8A818A1A13

vez que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição Federal, principalmente no que se refere às penalidades aplicadas à retenção especulativa do solo urbano, provendo os municípios, também, de vários instrumentos jurídicos e urbanísticos para a execução da política de desenvolvimento urbano. Como consequência, essa Lei impõe inúmeras tarefas aos executivos e legislativos municipais, no sentido de garantir o seu cumprimento.

Portanto, segundo o Autor, num ambiente cada vez mais urbano, onde 82% das pessoas vivem nas cidades, as competências municipais de ordenar o solo urbano e de executar as políticas de desenvolvimento urbano assumem um papel cada vez mais desafiador e importante na construção do futuro da Nação. Os municípios, afirma o Deputado, precisam entender a magnitude dessa tarefa, que lhes foi delegada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

O projeto de lei foi colocado em votação na reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU, no dia 09 de março de 2005, quando, então, o Autor do projeto apresentou uma sugestão de emenda ao art. 2º, com o objetivo de tornar o texto mais flexível, sob a argumentação de que a redação original poderia ensejar privilégios aos municípios melhor organizados, em detrimento de inúmeras localidades que encontram, ainda hoje, problemas concretos para a implantação dos instrumentos trazidos pelo Estatuto das Cidades. Segundo o Deputado Inácio Arruda, a redação, como está, poderia perpetuar a desigualdade entre os municípios.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Sem dúvida, a proposição em análise trata de um assunto muito relevante, na medida em que vem premiar os municípios pelo bom desempenho das suas atividades na área do desenvolvimento urbano. A criação do “Selo Estatuto da Cidade”, a ser outorgado pelo Governo Federal aos municípios que tenham impulsionado a implementação e a consolidação das metas, ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257/01, poderá alavancar a sua aplicação, uma vez que oferece vantagens na liberação dos recursos do Orçamento Geral da União àqueles municípios que se adaptarem à nova legislação urbana brasileira.

A aprovação do Estatuto da Cidade foi um marco institucional para a renovação da política urbana do País, conduzindo os municípios a uma nova maneira de realizar o planejamento urbano. Seu objetivo é garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, estabelecendo normas que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. Para isso, o Estatuto da Cidade coloca à disposição dos municípios uma série de instrumentos visando planejar o desenvolvimento urbanístico e intervir, de maneira efetiva, no crescimento da cidade e no seu mercado imobiliário.

Entretanto, apesar da importância do Estatuto, a sua aprovação não trouxe, até agora, os resultados pretendidos. O Estatuto, além dos dispositivos auto-aplicáveis, fornece diversos parâmetros a serem seguidos para a formulação das leis e planos urbanísticos municipais, sem os quais apenas uma parte dos instrumentos por ele aprovados tem aplicabilidade. É preciso, portanto, estimular os municípios para a adoção dos procedimentos necessários tendo em vista colocar em prática todas as normas estabelecidas no Estatuto da Cidade, normas estas que, se aplicadas em plenitude, trarão, com toda certeza, a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Contudo, estamos certos de que grande parte dos municípios do País não têm condições técnicas e financeiras de aplicar, imediatamente, todos os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Assim, com o intuito de não cometer injustiças com os municípios menos estruturados ou de menor porte e evitar o envio de recursos da União apenas para os municípios

administrativamente mais organizados, faz-se necessário estabelecer, no texto da lei, a previsão de um regulamento para o prêmio, de forma que se determine, por exemplo, critérios de seleção e faixas de premiação diferenciadas por porte de municípios.

Além disso, concordamos com a sugestão de emenda proposta pelo próprio autor do PL, Deputado Inácio Arruda, que altera a redação do art. 2º do projeto de lei, uma vez que ela deixa o texto mais flexível, ao estimular o aporte de recursos da União aos municípios agraciados com o “Selo Estatuto da Cidade”, sem, no entanto, prejudicar aquelas localidades que ainda não conseguiram atingir tal nível de excelência em gestão urbana.

Enfim, sabemos que não basta ao Legislativo a aprovação de leis, é preciso que elas sejam eficazes, e é com esse sentimento que externamos a nossa concordância com o projeto de lei apresentado, propondo a inserção de duas emendas, uma prevendo a edição de um regulamento para a distribuição do Selo e outra alterando o art. 2º do PL, conforme sugerido pelo Deputado Inácio Arruda.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.370, de 2003, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Paulo Gouvêa
Relator

